



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015  
RELATÓRIO**

**03ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA, com competência em matéria cível remanescente.**

**Juiz Federal Titular: Macário Ramos Júdice (afastado)**

**Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade: RODRIGO REIFF BOTELHO**

Partindo de levantamentos realizados no questionado de autoinspeção, bem como nas informações da última correição realizada e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 08 a 12 de junho de 2015, a correição ordinária virtual da 03ª Vara Federal de Vitória/Espírito Santo.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Dar continuidade ao cumprimento da Meta 1 do CNJ;
2. Dar andamento aos processos constantes da Meta 2 do CNJ, sendo 06 atuados até 2008 e 16 atuados em 2009;
3. Dar andamento às 08 ações de improbidade administrativa, relacionadas a crimes contra a administração pública, constantes da Meta 4 do CNJ;
4. Dar andamento às ações coletivas constantes da Meta 6 do CNJ (03 ações civis públicas);
5. Dar andamento aos processos conclusos com prazo vencido, em especial aos de nº 0004459-94.2014.4.02.5001, 0003480-21.2003.4.02.5001, 0007667-86.2014.4.02.5001, 0003360-89.2014.4.02.5001 e 0002282-94.2013.4.02.5001,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- observando-se que os processos de nº 0004459-94.2014.4.02.5001 e 0007667-86.2014.4.02.5001 foram objeto de inspeção e continuaram sem andamento;
6. Retomar o andamento dos processos parados, especialmente daqueles em houve encaminhamento de mandado de citação à SECMA;
  7. Regularizar o processo nº 0000591-11.2014.4.02.5001, no que diz respeito ao cadastro do tipo de sigilo, tendo em vista constar no sistema “segredo de justiça no sistema” e haver decisão (fl. 110) determinando o sigilo absoluto;
  8. Regularizar os processos suspensos, em especial os de nº 0001104-81.2011.4.02.5001, 0000694-81.2015.4.02.5001, 0115183-68.2014.4.02.5001, 0006267-71.2013.4.02.5001, 0003552-22.2014.4.02.5001, 0105695-89.2014.4.02.5001, 0117253-58.2014.4.02.5001, 0001737-24.2013.4.02.5001 e 0008984-90.2012.4.02.5001.
  9. Observar a correta classificação das sentenças, de forma a evitar a indicação como “vazias”.
  10. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 2.074 processos com tal fase não informada;

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

A OAB/RJ e o MPF não designaram representantes para acompanhar os trabalhos correicionais.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES (junho/2015)**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

. Titular: Macário Ramos Júdice (afastado)

. Substituto no exercício da titularidade: Dr. Rodrigo Reiff Botelho (lotado na vara, pelo ato nº TRF2-ATP-2014/00117, de 03 de abril de 2014, publicado em 09/04/2014).



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Obs.: O Dr. Rodrigo Reiff Botelho foi removido para a 3ª Vara em 09/04/2014, pelo ato nº TRF2-ATP-2014/00117, estando no exercício da titularidade, desde então, em razão do afastamento do MM. Juiz Titular.

### → ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 14

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 10

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 00

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

### → ACERVO TOTAL

(artigos 32 a 36 da CNCR)

	CORREIÇÃO 2014	CORREIÇÃO 2015
Acervo Total	2.349	2.253
Suspensos	85	163
Ag. julgamento recurso	75	189
Tramitação ajustada	2.189	1.901

. MATÉRIA CÍVEL:

Total: 2.253

Suspensos: 163



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Aguardando julgamento recurso/agravo: 189  
Em tramitação: 1.901

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 01/06/2015. Planilha Apolo Excel – Intimados.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/12/2014 até 31/05/2015): 3.346

Despachos: Tempo médio de conclusão/intimação: 32 dias

Decisões: Tempo médio de conclusão/intimação: 42 dias

Sentenças: Tempo médio de conclusão/intimação: 78 dias

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

**→ METAS DO CNJ**

**(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).**

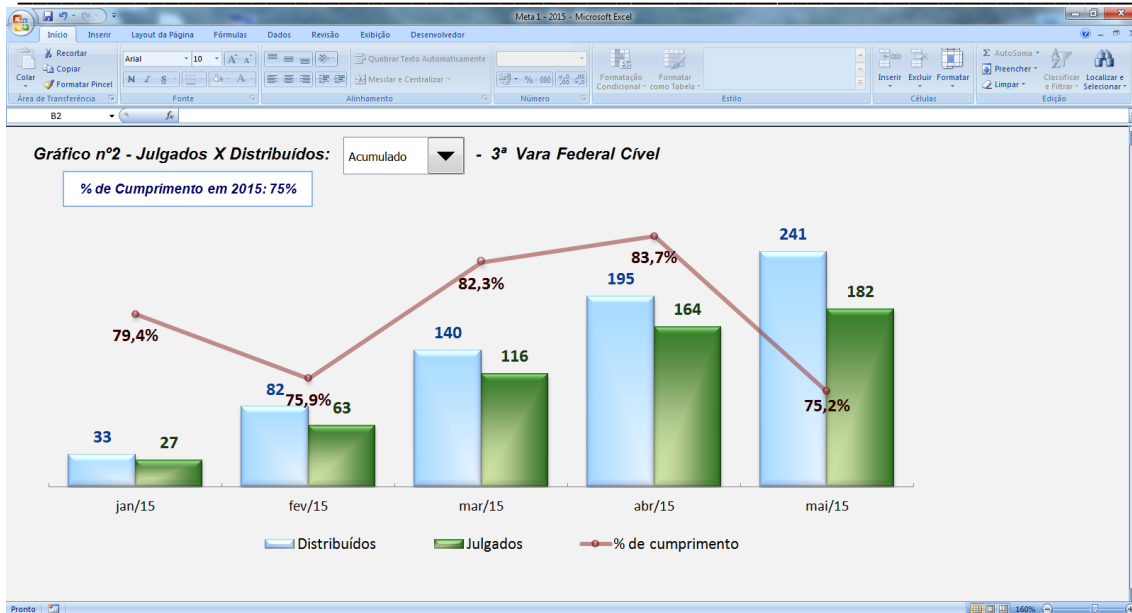
**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 01/06/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 75%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constan 22 processos pendentes de julgamento:

➔ **Autuados até 2008:** 06 processos:

- 1) 0009046-48.2003.4.02.5001 – Trata-se de ação ordinária, em face diante de procedimento administrativo de desapropriação do INCRA. Determinada a manifestação acerca do laudo pericial apresentado em 31/05/12. Sentença convertida em diligência, em 30/08/13, com o objetivo de determinar esclarecimentos ao laudo pericial. Determinada a designação de audiência para produção de prova oral em 04/06/2014. Audiência realizada em 23/10/2014. Concluso para sentença desde 16/04/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2) 0014303-15.2007.4.02.5001 – Trata-se de embargos à ação monitória. Sentença convertida em diligência em 13/06/2013, determinando à parte autora que apresente informações para citação. Deferida nova consulta aos sistemas BACENJUD, INFOJUD, SIEL e CESAN, em 16/09/13. Nova determinação à parte autora, para que apresente informações para citação em 28/08/14, 16/01/15 e 06/05/15. Concluso para despacho desde 26/05/2015.

3) 0012865-51.2007.4.02.5001 – Trata-se ação ordinária de responsabilidade civil, autuada em 16/10/07. Laudo pericial apresentado em 23/08/13. Sentença convertida em diligência em 13/02/15, designando audiência. Último despacho, proferido na audiência de 24/04/2015, redesignando audiência para 13/05/15, para oitiva de testemunhas.

4) 0012110-27.2007.4.02.5001 – Trata-se de ação regressiva de cobrança, autuada em 28/09/07. Declinada a competência em 08/02/2010, diante de decisão em Agravo de Instrumento. Determinada a suspensão do feito até decisão final no recurso interposto, em 07/01/11. Determinada a remessa dos autos para a 1ª Vara do Trabalho de Vitória/ES, em 16/12/11. Dada ciência às partes do retorno dos autos em 03/06/2014. Sentença convertida em diligência em 06/11/14, para não acolher o pedido de denúncia da lide. Encontra-se aguardando resposta de ofício desde 15/04/15.

5) 0015794-23.2008.4.02.5001 – Trata-se de embargos à ação monitória, protocolada em 16/12/08. Sentença convertida em diligência em 22/01/2010, para determinar a realização de perícia. Intimadas as partes da apresentação do laudo pericial em 14/08/12. Novo laudo pericial determinado em decisão de 07/05/2015.

6) 0010418-56.2008.4.02.5001 – Trata-se de ação declaratória, autuada em 03/09/08. Deferida a prova pericial em 15/03/10. Intimadas as partes da apresentação do laudo pericial em 21/03/12. Sentença convertida em diligência em 18/07/13, para determinar a complementação do laudo pericial. Intimadas as partes da complementação do laudo pericial em 29/07/14. Concluso para sentença desde 05/05/15, sem minuta no Apolo.

➔ Autuados em 2009: 16 processos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1) 0008043-48.2009.4.02.5001 – Trata-se de ação monitória, protocolada em 03/07/09. Foi efetuada a citação por edital dos réus, e decretada sua revelia em 27/03/2014. Embargos recebidos em 21/05/2014. Impugnação aos embargos em 30/07/2014. Sentença convertida em diligência em 02/03/2015, para remeter os autos ao setor de contadoria. Concluso para sentença desde 18/05/15, sem minuta no Apolo.

2) 0005324-93.2009.4.02.5001 – Trata-se de Ação de usucapião, autuado em 07/05/09. Determinada a citação por edital em 24/10/11. Decisão em 17/04/13, excluindo a união do feito e determinando o retorno dos autos para a 2ª Vara Cível de Cariacica. Feito suspenso em 17/09/13, aguardando o julgamento do recurso. Determinada a digitalização do feito e nova citação em 21/07/14. Determinada a juntada de documentação em 20/03/15. Último despacho de 05/06/2015, encontra-se aguardando remessa.

3) 0004155-71.2009.4.02.5001 – Trata-se de ação de usucapião. Determinado o segredo de justiça em 04/03/2010. Determinada a inclusão do DNIT no polo passivo em 08/11/11. Em provas, em 27/06/2013. Deferida a habilitação dos herdeiros em 26/11/2014. Designada em 27/04/15 a audiência de instrução e julgamento para 21/07/2015.

4) 0016272-94.2009.4.02.5001 – Trata-se de embargos à ação monitória. Sentença convertida em diligência em 21/07/10, para determinar nova citação da parte ré. Citação da ré efetivada em 29/08/12. Sentença convertida em diligência em 11/06/13, determinando a apresentação de informações. Sentença convertida novamente em diligência para manifestação das partes, em 24/03/14. Determinada a realização de audiência para oitiva de testemunhas em 15/09/2014. Audiência realizada em 28/01/15. Concluso para sentença desde 05/03/15, sem minuta no Apolo.

5) 0012777-42.2009.4.02.5001 – Trata-se de ação de responsabilidade civil, autuada em 02/10/09. Conflito de competência suscitado em 06/08/12. Sentença convertida em diligência em 14/06/2013, para as partes se manifestarem em provas. Deferida a prova pericial em 21/01/14. Perícia realizada em 05/05/14. Complementação do laudo pericial em 20/01/15. Determinada nova realização de perícia em 11/02/15. Decisão de 07/05/15, designando a perícia médica para 10/06/15.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6) 0009106-74.2010.4.02.5001 – Trata-se de ação de usucapião. Determinada a exclusão da União do polo passivo e a remessa dos autos à 1ª Vara Cível de Serra, pela decisão de 17/04/2013, reconsiderada em 07/05/14. Designada audiência para oitiva de testemunhas em 05/11/14. Audiência realizada em 28/01/15. Aguardando resposta de ofício desde 19/05/15.

7) 0009001-97.2010.4.02.5001 – Trata-se de ação de usucapião. Determinada a exclusão da União do polo passivo da demanda e determinando a remessa dos autos à 3ª Vara Cível de Vila Velha, pela decisão de 17/04/2013, reconsiderada em 07/05/14. Nomeada a DPU como curadora especial em 02/12/14. Concluso para despacho desde 11/05/2015, sem minuta no Apolo.

8) 0006849-76.2010.4.02.5001 – Trata-se de Ação Civil pública por ato de improbidade administrativa, autuada em 24/06/10. Decisão declinando a competência em 08/07/10. Novo declínio de competência em 07/10/10. Determinada a redistribuição do feito em 23/02/11. Sentença convertida em diligência em 03/05/12, para rejeitar o pedido liminar. Sentença convertida em diligência para apresentarem provas, na data de 05/02/13. Indeferida a produção de prova testemunhal em 03/10/13, reconsiderada na decisão de 28/05/14. Audiência realizada em 22/10/14. Sentença convertida em diligência em 09/02/15, para apresentação de memoriais. Encontra-se aguardando prazo desde 22/05/2015.

9) 0004271-43.2010.4.02.5001 – Trata-se de ação de usucapião, protocolada em 28/04/10. Determinada a citação por edital em 27/11/12. Determinada a juntada de informações em 03/10/13 e 06/03/15. No prazo desde 22/05/2015.

10) 0004174-43.2010.4.02.5001 – Trata-se de Ação de usucapião autuada em 05/05/10. Determinada a citação por edital em 01/06/11. Determinada a exclusão da União do polo passivo da demanda e determinando a remessa dos autos à 1ª Vara Cível de Guarapari/ES, pela decisão de 17/04/2013, reconsiderada em 05/05/14. Determinada a designação de audiência em 11/09/2014, cancelada em 27/01/15. Determinada a suspensão do feito por sessenta dias em 27/01/2015. . Concluso para despacho desde 09/04/15, sem minuta no Apolo.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11) 0003222-64.2010.4.02.5001 – Trata-se de ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, autuada em 05/04/2010. Suscitado conflito negativo de competência por decisão em 20/04/2010, reconsiderada em 10/12/10. Decisão recebendo a ACP em 23/03/12. Decisão em 26/04/13, deferindo as medidas cautelares pleiteadas. Em provas, em 13/08/14. Deferida a produção de prova testemunhal em 02/12/14. Audiência designada para 20/07/15.

12) 0003035-56.2010.4.02.5001 – Trata-se de ação ordinária de juros progressivos de FGTS. Sentença convertida em diligência, em 05/12/13, para abrir prazo para as partes se manifestarem. Concluso para despacho desde 25/05/15, sem minuta no Apolo.

13) 0013379-96.2010.4.02.5001 – Trata-se de embargos à ação monitória. Deferida a citação por edital em 04/02/14. Revelia decretada em 05/08/2014. Embargos em ação monitória em 12/08/14. Concluso para sentença desde 27/03/15, sem minuta no Apolo.

14) 0011119-46.2010.4.02.5001 - Trata-se de embargos à ação monitória. Embargos em ação monitória em 10/10/11. Deferida a citação por edital dos demais réus em 30/05/12. Embargos monitórios em 27/08/12. Sentença convertida em diligência em 11/06/2013, determinando às partes que apresentem informações. Sentença convertida em diligência em 24/02/14, determinando manifestação das partes. Sentença convertida em diligência em 23/10/14, para designar audiência de conciliação. Audiência em 28/11/14, onde não houve conciliação. Concluso para sentença desde 27/03/15, sem minuta no Apolo.

15) 0010561-74.2010.4.02.5001 – Trata-se de ação ordinária objetivando o recebimento de medicamento. Antecipação de tutela deferida em 25/08/10. Sentença convertida em diligência, em 15/03/11, para determinar a realização de perícia. Sentença convertida em diligência, em 13/11/13, determinando a apresentação de informações. Nova perícia determinada em 11/02/14. Laudo pericial apresentado em 09/09/14. Laudo complementar apresentado em 16/04/15. Encontra-se aguardando o decurso do prazo para manifestação das partes.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16) 0009852-39.2010.4.02.5001 – Trata-se de embargos à ação monitória. Embargos em ação monitória em 22/10/10. Determinada a suspensão do feito em 28/02/11, até o trânsito em julgado do processo nº 2009.50.01.4264-6. Intimação para manifestação, em 04/12/14. Concluso para sentença desde 20/01/15, sem minuta no Apolo.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 01/06/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 31/05/2015.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

**OBS: Não foi disponibilizado, no portal de estatística, o mapa estatístico necessário para verificação do cumprimento desta Meta.**

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação: Existem 08 processos de improbidade administrativa, sendo 7 com última movimentação com menos de 100 dias e 1 com última movimentação com mais de 100 dias.

. Ações Civis Públicas:

- 1) 0006849-76.2010.4.02.5001 - Vide item 8) Meta 2.
- 2) 0003222-64.2010.4.02.5001 - Vide item 11) Meta 2.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 3) 0007225-28.2011.4.02.5001 – Autuada em 08/07/11. Decisão em 15/08/12, recebendo a inicial. Sentença convertida em diligência, para as partes se manifestarem em provas, na data de 27/06/2013. Produção de prova testemunhal em audiência de 21/08/14. Concluso para sentença desde 03/06/2015, sem minuta no Apolo.
- 4) 0009744-73.2011.4.02.5001 – Autuado em 26/08/11. Inicial recebida parcialmente em 27/07/12. Competência declinada em 30/04/13. Suspenso o julgamento, em 23/09/13, até o final do recurso. Audiência para produção de prova testemunhal, em 02/09/14, 30/01/15 e 11/02/15. Concluso para sentença desde 12/03/15, sem minuta no Apolo.
- 5) 0015857-43.2011.4.02.5001 - Autuado em 19/12/11. Deferido o pedido liminar em 18/04/12. Segredo de justiça decretado em 30/05/12. Concluso para despacho desde 08/06/15, sem minuta no Apolo.
- 6) 0001729-18.2011.4.02.5001 - Autuado em 16/02/11. Recebida a inicial em 26/03/13. Sentença convertida em julgamento, para manifestação da CEF (em 26/06/13) e em provas (em 23/09/13). Audiência para audição de testemunhas realizada em 03/09/2014. Sentença convertida em diligência em 29/05/15, para apresentação de alegações finais. Encontra-se com petição pendente.
- 7) 0010008-56.2012.4.02.5001 - Autuada em 18/09/12. Inicial recebida em 11/06/13. Sentença convertida em diligência para regularização processual da parte ré, em 08/08/2014. Deferida prova pericial em 26/11/14. Deferida prova testemunhal em 06/06/2015. Encontra-se com prazo aberto.

. Ações Ordinárias:

- 1) 0101786-73.2013.4.02.5001 – Autuada em 30/04/13. Decisão em 01/06/15, determinando à União que diligencie em busca do endereço da ré junto à Junta Comercial do estado. Aguardando remessa desde 01/06/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 02/06/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até maio/2015.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Não se aplica.

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 03/06/2015, existem 03 processos, todos com última movimentação há menos de 100 dias.

Classes:

- Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo: 00
- Ação Civil Pública: 03

- 1) 0007822-60.2012.4.02.5001 – Ação Civil Pública do Código de Defesa do consumidor, autuada em 19/07/2012. Deferido o pedido liminar em 24/01/13 e ratificado o segredo de justiça. Revogado o segredo de justiça e decretado o sigilo de peças, em 20/03/13. Sentença convertida em diligência em 09/12/13, para se manifestar em provas. Declinada a competência em 12/06/2014. Suscitado conflito de competência em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 
- 10/12/14. Vista dos autos ao MPF em 06/05/15. Concluso para sentença desde 27/05/15, sem minuta no Apolo.
- 2) 0000479-07.2012.4.02.5003 – Processo autuado em 17/07/12. Declinada a competência em 27/06/2014. Suspensão pelo motivo “outros”, sem determinação do juízo, em 29/01/15, com reativação em 06/04/2015. Em réplica, na data de 14/05/15. Concluso para sentença desde 08/06/15, sem minuta no Apolo.
- 3) 0011417-67.2012.4.02.5001 – Autuada em 07/11/12. Determinada a remessa dos autos à Justiça Estadual em 13/11/12. Determinada a suspensão do feito até a decisão no agravo, em 14/01/13. Determinada a citação em 25/04/14. Audiência de conciliação em 25/11/14. Inspeção judicial realizada em 19/03/15. Despacho em 27/03/15, para manifestação. Encontra-se no prazo desde 26/05/11.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 03/06/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até maio/2015.

## VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

**Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

**Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.**

Não se aplica.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 03/06/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até maio/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

➔ **PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:  
MATÉRIA CÍVEL**

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referentes ao mês de maio/2015, emitidos em 01/06/2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO: Inexiste.

. AÇÃO POPULAR:

Total: 01

Em trâmite: 01

Foram analisados os seguintes processos:

- 0109783-39.2015.4.02.5001 – Redistribuído para a 4ª Vara Cível/ES, em 05/06/15.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

Total: 27

Suspensos: 02

Ag. Recurso TRF: 04

Em trâmite: 21

Foram analisados os seguintes processos:

- 0000277-96.2013.4.02.5002 – Autuada em 21/03/13. Antecipação dos efeitos da tutela deferida em 01/07/13 e revogada em 31/01/14. Deferida prova pericial em 06/11/14. Laudo pericial apresentado em 23/04/2015. No prazo para manifestação acerca do laudo pericial desde 08/06/15.
- 0000479-07.2012.4.02.5003 – Autuada em 19/07/2012. Declinada a competência em 27/06/14. Em réplica, na data de 14/05/15. Concluso para sentença desde 08/06/2015, sem minuta no Apolo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 
- 0001551-07.1990.4.02.5001 – Autuado em 06/09/1990. Sentença de procedência, em 13/03/96. Recebida a apelação em 18/12/97. Intimação às partes do retorno dos autos, em 22/04/13. Indeferida a realização de perícia em 05/07/13. Determinada a suspensão do feito em 05/05/2014, diante do óbito do requerido. Deferida a substituição processual em 01/12/14. Concluso para decisão desde 21/05/15, sem minuta no Apolo.
  - 0003156-50.2011.4.02.5001 – Autuada em 13/04/11. Liminar parcialmente deferida em 29/04/11. Sentença proferida em 03/10/11. Certificado o trânsito em julgado em 17/11/11. Determinado o cumprimento de sentença, sob pena de incidência de multa diária, em 14/03/12. Determina a citação nos termos do art. 475-J do CPC, em 18/05/12. Determinado o arquivamento em 26/03/13. Indeferida a suspensão da execução em 13/02/15. Ao MP, para se manifestar acerca do óbito do réu, em 17/04/15. Concluso para despacho desde 05/05/15, sem minuta no Apolo.
  - 0003744-52.2014.4.02.5001 – Autuada em 04/06/14. Sentença em 29/05/15. Proferida sentença em 03/09/14. Encontra-se aguardando prazo desde 08/06/15.
  - 0004694-61.2014.4.02.5001 – Autuada em 08/08/14. Em réplica, na data de 30/03/2015. Determinada a manifestação do MP em 20/04/15. Em remessa para o MP.
  - 0004698-35.2013.4.02.5001 – Autuada em 09/05/13. Sentença convertida em diligência em 13/11/13, para dar vista ao MPF. Sentença de procedência em 30/04/14. Determinada a intimação do réu para cumprimento de sentença, por carta precatória, determinando a suspensão do feito até o retorno da mesma, em 27/11/14. Encontra-se conclusa para despacho desde 20/05/15, sem minuta no Apolo.
  - 0004754-30.1900.4.02.5001 – Autuada em 23/08/1989. Determinada a expedição de precatório, em 26/11/97. Arquivamento sem baixa em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

16/06/1999. Determinado o retorno dos autos ao arquivo em 18/12/2003 e 26/06/2009. Determinado o cumprimento do precatório em 17/05/10. Determinada a remessa dos autos ao arquivo em 14/09/11. Determinada a citação, nos termos do art. 632 do CPC, em 11/12/14. Encontra-se disponível para remessa desde 26/05/15.

- 0006444-79.2006.4.02.5001 – Autuado em 04/07/2006. Encontra-se em fase de cumprimento de sentença, a qual homologou Termo de Ajustamento de Conduta entre as partes. Intimação, nos termos do art. 730 do CPC, determinada em 26/01/09. Revogada a multa e indeferida a execução da mesma, em 29/03/10. Apelação recebida em 18/06/10. Determinada a expedição de precatório em 18/02/13. Instaurado incidente de descumprimento de ordem judicial transitada em julgado em 05/09/2013. Decisão em 09/12/13, homologando o acordo firmado entre as partes. Determinado o cumprimento do acordo em 01/06/15. Encontra-se concluso para despacho desde 23/04/15, sem minuta no Apolo.

- 0011417-67.2012.4.02.5001 – Autuada em 07/11/12. Determinada remessa dos autos à Justiça Federal em 13/11/12. Suspenso o feito em 14/01/13, até julgamento final no Agravo interposto. Deferida a liminar em 25/04/14. Audiência de conciliação em 24/11/14, onde foi agendada a inspeção judicial. Determinada a intimação das partes para manifestação, em 27/03/15. Último movimento, movimentação cartorária tipo Análise, desde 11/06/2015.

- 0015601-08.2008.4.02.5001 – Autuada em 15/12/2008. Sentença em 15/01/09, indeferindo a inicial. Retorno dos autos, sendo determinada a citação, em 10/09/13. Sentença em 09/04/2014. Recebida a apelação em 29/05/15. Aguardando remessa desde 10/06/15.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE:

Total: 19

Suspensos: 01





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 18

Foram analisados os seguintes processos:

- 0001729-18.2011.4.02.5001 – Vide item 6) da Meta 4.
- 0002352-19.2010.4.02.5001 – Autuado em 16/03/10. Decisão em 17/05/10, declinando a competência. Inicial recebida em 09/09/10. Redistribuída em 09/11/10. Sentença convertida em diligência para especificação de provas em 22/03/11. Audiência realizada em 19/10/2010. Sentença de procedência em 03/02/12. Trânsito em julgado em 08/04/13. Determinada a intimação nos termos do art. 475-J, em 11/06/2013. Deferida consulta BACENJUD e RENAJUD em 10/04/14. Decisão em 15/07/14, deferindo o pedido de desbloqueio de valores. Indeferida a penhora em 18/05/15.
- 0003222-64.2010.4.02.5001 – Vide item 11) da Meta 2.
- 0003557-44.2014.4.02.5001 – Autuado em 15/05/14. Inicial recebida em 02/12/14. Deferida prova testemunhal em 03/03/15, sendo designada audiência para 12/06/15.
- 0004459-94.2014.4.02.5001 – Autuada em 10/07/2014. Determinada a notificação dos réus em 14/08/14. Concluso para decisão desde 17/12/2014, sem minuta no Apolo.
- 0004962-91.2009.4.02.5001 – Autuada em 30/04/09. Audiência em 24/05/11 e 08/11/11. Sentença procedente em relação a uma das rés, em 08/03/12. Intimadas as partes do retorno dos autos em 09/12/13. Aguardando o cumprimento das diligências determinadas no despacho de 14/04/15, desde 13/05/15.
- 0006849-76.2010.4.02.5001 – Vide item 8) da Meta 2.
- 0007225-28.2011.4.02.5001 – Vide item 3) da Meta 2.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 
- 0007667-86.2014.4.02.5001 – Autuada em 29/10/14. Segredo de justiça decretado e determinada a notificação dos réus em 29/10/14. Encontra-se concluso para decisão desde 11/02/15, sem despacho no Apolo, **apesar de haver certidão de que teria sido vista em inspeção em 06/05/15.**
  - 0009461-84.2010.4.02.5001 – Autuada em 30/07/10. Declinada a competência em 06/08/10. Determinada a suspensão do feito, em 17/08/10, até o julgamento do conflito de competência. Determinada a redistribuição para a 3ª Vara Cível/ES, em 21/03/11. Inicial recebida em 14/09/11. Sentença convertida em diligência, para determinar em provas, em 29/02/12. Sentença de procedência em 24/04/12. Trânsito em julgado em 01/10/13. Determinadas diligência para execução da sentença, em 10/04/14. Intimação, nos termos do art. 475-J, em 04/05/2015. Encontra-se conclusa para despacho desde 26/05/15, sem minuta no Apolo.
  - 0009744-73.2011.4.02.5001 – Vide item 4) da Meta 4.
  - 0010008-56.2012.4.02.5001 – Vide item 7) da Meta 4.
  - 0015651-97.2009.4.02.5001 – Autuada em 13/11/2009. Declinada a competência em 04/02/10. Suscitado conflito de competência em 25/03/10. Inicial recebida em 17/08/10. Audiência em 08/11/11. Sentença de parcial procedência em 03/04/12. Trânsito em julgado em 22/08/12. Deferida penhora *on line* em 03/10/13. Expedido mandado de penhora e avaliação em 01/09/14. Indeferida a impugnação da penhora em 05/05/15. Encontra-se concluso para decisão desde 09/06/2015, sem minuta no Apolo.
  - 0015857-43.2011.4.02.5001 – Vide item 5) da Meta 4.
  - 0111037-81.2014.4.02.5001 – Autuada em 23/09/2014. Deferida consulta RENAJUD e BACENJUD em 19/01/15. Remetido para DPU para defesa prévia em 29/05/15. Encontra-se aguardando prazo.
  - 0009437-17.2014.4.02.5001 – Autuada em 24/11/14. Determinada a notificação da parte ré em 04/12/14. Determinado à parte autora diligenciar junto ao Juízo deprecado, em 16/04/15. Em 24/04/15, o feito foi suspenso sem que, salvo melhor juízo, houvesse determinação para tal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0102877-33.2015.4.02.5001 – Autuada em 13/02/2015. Determinada a notificação dos réus em 27/02/2015. Concluso para decisão desde 20/05/15, sem minuta no Apolo.
- 0012584-03.2004.4.02.5001 – Autuada em 06/12/2004. Sentença proferida em 11/01/2010. Apelação recebida em 12/04/11. Intimação das partes acerca do retorno dos autos em 21/01/15. Decisão em 20/04/15, determinando a realização de diligência pela secretaria. Último movimento foi juntada em 09/06/2015.
- 0104427-63.2015.4.02.5001 – Autuada em 06/03/15. Determinada a notificação dos réus em 31/03/2015. Concluso para decisão desde 14/05/15, sem minuta no Apolo.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

Total: 05  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 05

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 0003712-47.2014.4.02.5001 – Autuada em 02/06/14. Liminar deferida em 11/06/2014. Audiência em 10/06/15, onde foi produzida a prova testemunhal. Encontra-se aguardando remessa para alegações finais, desde 11/06/15.
- 0003870-05.2014.4.02.5001 – Atuada em 13/06/14. Determinada a distribuição por dependência ao processo nº 0003712-47.2014.4.02.5001, em 01/10/14. Suspenso o processo em 17/11/14, até julgamento do conflito de competência suscitado. Liminar deferida em 06/05/2015. Encontra-se aguardando devolução de mandado desde 09/06/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0003905-62.2014.4.02.5001 – Autuada em 20/06/14. Liminar deferida em 24/06/14. Sentença convertida em diligência em 06/02/15, para manifestação em provas.
- 0004738-17.2013.4.02.5001 – Autuada em 10/05/13. Liminar deferida em 21/05/13. Sentença convertida em diligência em 29/05/15, para determinar a manifestação da SUSEP.
- 0007822-60.2012.4.02.5001 – Vide item 1) da Meta 6.

.ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Total: 02  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 02

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 0002878-69.1999.4.02.5001 – Autuada em 07/05/1999. Sentença proferida em 26/01/2007. Intimação do trânsito em julgado em 14/07/11. Intimação do réu, nos termos do art. 475-J, determinada em 09/11/2011. Determinado o sigilo de peças em 16/06/2012. Determinada a expedição de mandado de penhora em 22/07/14. Concluso para despacho desde 11/05/15, sem minuta no Apolo.
- 0101786-73.2013.4.02.5001 – Vide item 1) da Meta 4.

.AÇÃO DE USUCAPIÃO:

Total: 24  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 24

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

- 0004155-71.2009.4.02.5001 – vide item 3) da Meta 2.
- 0005324-93.2009.4.02.5001 – vide item 2) da Meta 2.
- 0009001-97.2010.4.02.5001 – vide item 7) da Meta 2.
- 0004905-68.2012.4.02.5001 – ação distribuída por dependência em 04/05/2012. Decisão declinando a competência em favor da Justiça Estadual, em 11/04/2013. Agravo de Instrumento interposto pela União, em 17/06/2013. Decisão determinando a suspensão do processo até o julgamento do recurso, em 28/08/2013. Decisão determinando a intimação da autora para requerer o que de direito, tendo em vista a manutenção da competência da vara, em 27/03/2015, em sede de agravo. Petição da parte autora requerendo a citação da parte ré, em 14/04/2015.
- 0008727-31.2013.4.02.5001 – ação distribuída em 24/09/2013. Intimação do autor para recolher custas, em 06/02/2014. Decisão determinando a remessa dos autos ao MPF para manifestação, em 09/09/2014. Intimação da União para se manifestar sobre o parecer do MPF, em 01/12/2014. Decisão determinando a remessa dos autos ao MPF para manifestar-se sobre os documentos juntados pela União, em 08/04/2015. Juntada de petição do MPF, em 29/04/2015. Processo conclusivo, desde então.

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:

Total: 16  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 02  
Em trâmite: 14

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 0011415-88.1998.4.02.5001 – ação distribuída em 11/12/1998. Despacho, em 10/01/2013, informando às rés da data de realização dos trabalhos periciais. Decisão, em 26/04/2013, concedendo à parte ré prazo para que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

comprove a investidura na condição de inventariante, tendo em vista o falecimento de uma das partes rés. Despacho, em 05/07/2013, intimando as partes para apresentação de laudo. Despacho, em 11/02/2014, intimando uma das partes rés para regularizar sua representação processual. Decisão convertendo o julgamento em diligência, em 20/05/2014. Despacho intimando os réus para se manifestarem sobre os esclarecimentos do perito, em 20/01/2015. Concluso para sentença, em 28/01/2015.

- 0012238-96.1997.4.02.5001 – ação redistribuída em 01/06/2005. Decisão determinando a citação do INCRA, na forma do art. 730 do CPC, em 12/03/2012. Decisão determinando a suspensão do processo, tendo em vista a oposição de embargos à execução, em 07/06/2013. Decisão, em 11/09/2014, determinando a expedição dos requisitórios relativos à parcela incontroversa. Partes intimadas, em 09/04/2015, para se manifestarem sobre o teor das requisições.

- 0008658-58.1900.4.02.5001 – ação redistribuída em 09/01/2009. Decisão intimando a expropriante, a União e o MPF para manifestação, em 17/10/2013. Decisão determinando a expedição de alvará em favor de Furnas – Centrais Elétricas, tendo em vista a parte expropriada ter atestado não haver interesse em levantar os valores depositados, em 15/08/2014. Alvará encaminhado à CEF, em 02/10/2014. Decisão, em 14/04/2015, cancelando o alvará e intimando a expropriante para promover o levantamento do montante depositado.

- 0014262-09.2011.4.02.5001 – ação redistribuída em 14/12/2011. Decisão, em 20/11/2012, intimando os expropriados para apresentarem certidões de regularidade fiscal, atualizadas, emitidas pelas Fazendas Públicas Federal e Estadual, bem como para providenciarem as certidões de regularidade fiscal. Decisão, em 28/02/2013, intimando o DNIT para providenciar a planta da situação atual da área desapropriada do imóvel, bem como especializar sua área remanescente. Decisão, em 28/08/2013, intimando o DNIT para se manifestar, bem como para atender o solicitado pelo Cartório do Registro de Imóveis. Decisão deferindo mais 20 dias de prazo para o DNIT cumprir a decisão anterior, em 06/02/2014. Vistos em inspeção, em 04/06/2014, com determinação para se expedir novo ofício ao cartório de registro de imóveis, dando-se baixa em seguida. Baixa em 26/01/2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 0014277-75.2011.4.02.5001 – ação distribuída em 01/12/2011. Apelação recebida apenas no efeito devolutivo, em 21/02/2014. Decisão determinando a expedição de edital de conhecimento, em 09/04/2014. Decisão, em 15/07/2014, tornando sem efeito a publicação do edital certificado anteriormente e determinando a renovação do ato. Intimação dos expropriados para apresentarem prova de propriedade e de quitação das dívidas fiscais, em 04/08/2014. Decisão intimando as rés para reapresentarem as certidões, de forma a tornar possível a sua leitura na íntegra, em 06/10/2014. Decisão, em 17/11/2014, determinando a expedição de alvará de levantamento do percentual de 80% do depósito efetuado, bem como a remessa dos autos à instância superior, por motivo de recurso, após a juntada do comprovante de pagamento. Autos remetidos ao TRF, em 22/01/2015.

. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE

Total: 28  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 01  
Em trâmite: 27

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

- 0002733-13.1999.4.02.5001 – ação redistribuída em 15/10/2004. Sentença em 24/09/2007. Decisão, em 26/11/2008, intimando a União para realizar as diligências necessárias para possibilitar o cumprimento do comando judicial, tendo em vista o oficial de justiça certificar que deixou de proceder à reintegração, pois foi informado que não havia orçamento para efetuar a reintegração e que ainda não se sabia qual órgão assumiria o imóvel. Decisão, em 26/01/2009, suspendendo o processo, tendo em vista decisão nos autos da ação rescisória nº 3.276 deferir liminar para suspender os efeitos da sentença. Intimação da União para manifestação, em 16/06/2010. Visto em inspeção, em junho de 2014.
- 0008951-42.2008.4.02.5001 – ação distribuída em 30/07/2008. Intimação da exequente para dar prosseguimento à execução, em 01/12/2011. Decisão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

deferindo consulta ao sistema Bacenjud, em 14/03/2012. Decisão deferindo consulta ao sistema Renajud, em 02/05/2012. Intimação da exequente para se manifestar sobre o resultado da consulta Renajud (restrição positiva), em 17/07/2012. Intimação da exequente, em 18/10/2012, para se manifestar acerca do interesse do prosseguimento da execução, tendo em vista o valor executado ser de, apenas, R\$ 112,27 (honorários advocatícios). Intimação da exequente para se manifestar sobre petição dos executados, em 23/01/2015. Intimação dos executados para se manifestarem sobre a atualização dos honorários advocatícios, em 14/05/2015.

- 0012410-18.2009.4.02.5001 – ação distribuída em 23/09/2009. Decisão que, considerando o trânsito em julgado, determinou que se aguardasse o transcurso do prazo legal para requerimento do cumprimento de sentença (art. 475-J, § 5º, do CPC), em 24/07/2014. Decisão, em 14/04/2015, determinando a intimação do réu para desocupar o imóvel.
- 0012513-54.2011.4.02.5001 – ação distribuída em 20/10/2011. Desarquivamento em 16/06/2014. Decisão, em 19/08/2014, intimando a exequente para emendar o pedido de fls. 142 (pedido de cumprimento de sentença). Intimação dos réus para efetuarem o pagamento da obrigação homologada na sentença, sob pena da multa do art. 475-J do CPC. Inspeção em 08/05/2015, determinando a intimação da parte contrária para se manifestar sobre os embargos de declaração. Concluso em 26/05/2015.
- 0004818-49.2011.4.02.5001 – ação distribuída em 30/05/2011. Deferimento de consulta ao sistema Renajud, em 20/05/2014. Decisão, em 04/09/2014, determinando o desapensamento dos embargos de terceiros, bem como a expedição de mandado de penhora e avaliação do veículo bloqueado, via Renajud. Decisão, em 10/03/2015, determinando a intimação da exequente para diligenciar junto ao juízo deprecado, bem como determinando a suspensão do processo até a devolução da carta precatória. Concluso em 15/05/2015.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 01/06/15, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, **posição até maio/2015.**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

→ **AUDIÊNCIAS (dezembro/2014 a maio/2015)**  
(Art. 35, I, CNCR)

1. TOTAL: 49 audiências designadas, sendo a primeira em 28/01/2015 e a última em 26/05/2015.
2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:
  - . janeiro/2015: 09
  - . fevereiro/2015: 08
  - . março/2015: 09
  - . abril/2015: 20
  - . maio/2015: 03

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS**  
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

**1. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA**  
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, encontrou-se o seguinte local virtual para as iniciais:

- Cristine – análise de inicial: 12 documentos

Conforme informação prestada no questionário de autoinspeção do juízo correicionado, no caso de processos com pedido de tutela antecipada ou liminar, a conclusão é feita, imediatamente, para análise da inicial e do pedido



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

antecipatório. No caso de processos que não tenham pedidos urgentes, as petições iniciais são analisadas pela servidora responsável, que realiza o cadastramento das custas recolhidas e dos advogados constantes na procuração, confeccionando a respectiva minuta.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário). Consulta realizada em 05/06/2015.

## **2. BALCÃO DE ENTRADA**

56 documentos, sendo mais antigo o de 01/06/2014, sob o nº 0003386-24.2013.4.02.5001.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário). Posição em 05/06/2015.

## **3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Conforme informação prestada no questionário de autoinspeção, o balcão de entrada virtual é conferido diversas vezes durante o dia. Caso o processo tenha sido distribuído para análise de prevenção, este é encaminhado diretamente à Diretora, que, se for urgente, providencia a minuta da decisão ou, caso contrário, encaminha à servidora responsável. Em regra, tal análise é feita no mesmo dia, devolvendo-se os autos à Sedic para distribuição definitiva.

Fonte: Questionário de Autoinspeção, item 3.9.1

## **4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)**

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 221



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 19

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 04

Vistos, por amostragem, os processos abaixo discriminados:

- 00044599420144025001 – trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa, redistribuída em 18/07/2014. Último movimento em 06/05/2015 (vistos em inspeção). **Concluso para decisão desde 17/12/2014.**
- 00034802120034025001– trata-se de ação ordinária, redistribuída em 10/02/2004. Último movimento em 05/02/2015 (juntada). **Concluso para decisão desde 28/01/2015.**
- 00076678620144025001– trata-se de ação civil pública/improbidade administrativa, distribuída em 29/10/2014. Último movimento em 06/05/2015 (vistos em inspeção). **Concluso para decisão desde 11/02/2015.**
- 00033608920144025001– trata-se de ação ordinária, distribuída em 12/05/2014. Último movimento em 06/02/2015: **conclusão para decisão.**
- 00022829420134025001– trata-se de ação ordinária, distribuída em 07/03/2013. Último movimento em 17/10/2014: **concluso para sentença.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 30/04/2015.

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
(Arts. 228 da CNCR)

a. ENTRE 31 E 60 DIAS: 68

b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 45



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Nos termos do mapa estatístico emitido no dia 01/06/2015, de um acervo total de 1.901 processos em tramitação ajustada (que desconsidera os processos suspensos), há 113 processos parados com prazo vencido (que corresponde a, aproximadamente, 5,94% dos processos em tramitação ajustada).

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:

- 01075590220134025001 – trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 29/11/2013. Certidão informando o encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 12/12/2014. Processo parado, desde então.
- 00089155820124025001 – trata-se de ação cautelar de protesto, distribuída em 29/08/12. Petição da CEF requerendo a citação dos réus nos endereços ali mencionados, em 02/09/2014. Certidão informando o encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 13/11/2014. Certidão do oficial de justiça, juntada em 29/11/2014. Processo parado, desde então.
- 01019677420134025001 – trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 13/05/2013. Certidão informando o encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 20/01/2015. Processo parado, desde então.
- 01131536020144025001 – trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 30/10/2014. Certidão informando o encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 20/01/2015. Processo parado, desde então.
- 01139356720144025001 – trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 13/11/2014. Certidão informando o encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 16/01/2015. Processo parado, desde então.
- 01142656420144025001 – trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 21/11/2014. Certidão informando o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 20/01/2015. Processo parado, desde então.

- 01063575320144025001 – trata-se de ação monitória, distribuída em 09/07/2014. Certidão informando o encaminhamento dos mandados de citação à SECMA, em 22/01/2015. Processo parado, desde então.
- 01132618920144025001– trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 30/10/2014. Despacho determinando a citação, em 07/11/2014. Juntada de petição do réu, em 10/02/2015. Processo parado, desde então.
- 01163658920144025001– trata-se de ação de execução por título extrajudicial, distribuída em 15/12/2014. Certidão informando o encaminhamento do mandado de citação à SECMA, em 02/02/2015. Processo parado, desde então.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. Posição em 01/06/2015, com último movimento em 30/04/2015.

## **6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)** **(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 01/06/2015, 27 documentos, sendo os dois mais antigos o de maio de 2010, referente ao processo n.º 0003470-69.2006.4.02.5001, e o de maio de 2013, referente ao processo n.º 0001009-61.2005.4.02.5001.

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:

- 0003470-69.2006.4.02.5001 – trata-se de embargos à execução, distribuído por dependência, em 11/04/2006. Apelação recebida em 03/07/2009. Autos remetidos ao TRF em 20/10/2009 e devolvidos em 21/05/2015. Petição n.º 2010.0003.003861-9, de 20/05/2010.
- 0001009-61.2005.4.02.5001– trata-se de ação civil pública, distribuída em 18/02/2005. Decisão declarando a incompetência do juízo para processar e julgar a causa, determinando, em consequência, a remessa dos autos ao STF,



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

órgão competente para o julgamento e processamento do feito, em 30/01/2007. Processo com baixa. Petição nº 2013.0003.002017-2, de 23/05/2013.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições.

## **7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Existem os seguintes locais virtuais de controle de prazo, entre outros:

- . AGUARDANDO – Audiência designada: 09 documentos, sendo o mais antigo de 11/05/2015.
- . AGUARDANDO – Execução de sentença: 26 documentos, sendo o mais antigo de 09/10/2014.
- . AGUARDANDO – Leilão unificado: 00 documento.
- . AGUARDANDO – Perícia designada: 18 documentos, sendo o mais antigo de 05/05/2015.
- . AGUARDANDO – Prazo: 409 documentos, sendo o mais antigo de 20/04/2015.

Visto em 05/06/2015

## **8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

- . AGUARDANDO – Depósito RPV/Precatório;
- . AGUARDANDO – Devolução de Alvará;
- . AGUARDANDO – Devolução de Mandado;
- . AGUARDANDO – Devolução de Ofício;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

. Expedição de RPV/PRECATÓRIO

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:**  
**(Art. 189 da CNCR)**

- a. Total em 01/06/2015: 75
- i. Segredo absoluto: 01
  - ii. Segredo no Sistema: 10
  - iii. Segredo de Peças: 64

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:

- 01110378120144025001 – Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (fl. 1.749).
- 00087140320114025001– Regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), bem como a ordem judicial respectiva (fls. 176 e 937).
- **00005911120144025001 – irregular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça no sistema), tendo em vista a decisão de fl. 110 determinar o sigilo absoluto.**
- 00050338419954025001– Regular a informação no sistema Apolo (possui documentos sigilosos), bem como a ordem judicial respectiva (fl. 02).



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 00099576020034025001– Regular a informação no sistema Apolo (possui documentos sigilosos), bem como a ordem judicial respectiva (fls. 331/332).
- 00090146720084025001– Regular a informação no sistema Apolo (possui documentos sigilosos), bem como a ordem judicial respectiva (fls. 01/02).
- 00032226420104025001– Regular a informação no sistema Apolo (possui documentos sigilosos), bem como a ordem judicial respectiva (fl. 226).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 01/06/2015.

## **10. PUBLICAÇÕES (Mapa de junho/2015)** **(Art. 181 da CNCR).**

- a. Total de processos publicados (de dezembro/2014 a maio/2015): 2.032
- b. Total de Boletins: 93
- c. Média de processos/boletins: 21,85 processos.
- d. Tempo médio de dias/publicação: 4,91 dias.
- e. Boletins pendentes de envio:

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações. Período: dezembro/2014 a maio/2015

## **11. PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (em junho/2015)**

- a. Contadoria: 00
- b. Distribuição: 00

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos), posição até 30/04/2015.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

## → SUSPENSÃO DE PROCESSOS CÍVEIS

### 1. Número total de processos suspensos (em 01/06/2015):

Cíveis: 350

Execução Fiscal: 00

### 2. Motivo Da Suspensão

- Aguardando decisão de instância superior: 125
- Embargos à execução: 20
- Outros – fase conhecimento: 80
- Outros – fase/processo execução: 36
- Recursos repetitivos: 26
- Repercussão geral: 61
- Suspenso aguardando julgamento de recurso: 02

### 3. Análise dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 01/06/2015, verificou-se que são lançadas, na maioria dos processos, corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

#### a) Aguardando decisão de instância superior:

- 00011048120114025001
- 00041377920114025001
- 00001096520114025002
- 00007652020144025001
- 00033329220124025001
- 00007046220144025001



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

- 00010874020144025001

b) Embargos à execução:

- 00110984120084025001
- 00028624720014025001
- 00006948120154025001

c) Outros – fase conhecimento:

- 01070853120134025001
- 00020123620144025001
- 00022998720004025001
- 01049207420144025001
- 01151836820144025001
- 00062677120134025001
- 01056958920144025001
- 00035522220144025001

d) Outros – fase/processo execução:

- 00017372420134025001
- 00089849020124025001
- 01172535820144025001
- 00087747820084025001

e) Recursos repetitivos (art. 543 - C, CPC):

- 01003842020144025001
- 00007245320144025001
- 00118443020134025001

f) Repercussão geral:

- 00005375020114025001



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 
- 00024619120144025001
  - 01006778720144025001
  - 01060024320144025001
  - 00086378620144025001
  - 01149766920144025001

g) Suspenso aguardando julgamento de recurso:

- 00098504520054025001
- 00110213720054025001

**Observações sobre a suspensão dos processos:**

**Processo nº 00011048120114025001**: processo suspenso, em 03/08/2011, em razão da interposição de agravo de instrumento. Verifica-se que há nos autos (fl. 87) certidão de trânsito em julgado do agravo de instrumento, o qual deu causa à suspensão, bem como recebimento do recurso pela vara, em 29/04/2013. Não mais subsiste, portanto, motivo para a suspensão.

**Processo nº 00006948120154025001**: suspenso desde 21/05/2015 (fl. 23), sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Verifica-se que há determinação, nos autos dos embargos à execução, conferindo efeito suspensivo à execução, bem como determinação de trasladar-se cópia daquela decisão para a execução. Entretanto, a decisão não foi trasladada.

**Processo nº 01151836820144025001**: suspenso desde 06/03/2015 (fl. 32), sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Em situação semelhante, também os processos nºs **00062677120134025001**, **00035522220144025001**, **01056958920144025001** e **01172535820144025001**.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Processo nº 00017372420134025001**: suspenso desde 29/04/2013, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Verifica-se que há determinação, nos autos dos embargos à execução, conferindo efeito suspensivo à execução, bem como determinação de trasladar-se cópia daquela decisão para a execução. Entretanto, a decisão não foi trasladada. Ademais, seria mais apropriado que o motivo da suspensão fosse “embargos à execução”.

**Processo nº 00089849020124025001**: suspenso desde 13/06/2013, sem que, salvo melhor juízo, tenha sido localizada a ordem judicial que determinou a suspensão. Verifica-se que há determinação, nos autos dos embargos à execução, conferindo efeito suspensivo à execução. Entretanto, a decisão não foi trasladada. Ademais, seria mais apropriado que o motivo da suspensão fosse “embargos à execução”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 01/06/2015.

**→ SENTENÇAS (no período de 01/12/2014 a 31/05/2015):**  
**(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)**

Total: 546

- a. Convertidas em diligência: 94
- b. Designa perícia: 01
- c. Embargos de declaração: 22
- d. Extinção da punibilidade: 04
- e. Resolução de mérito:
  - i. Conciliação/transação: 03
  - ii. Extinção da execução: 01
  - iii. Improcedente: 69
  - iv. Procedente: 63



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- v. Procedente em parte: 18
- vi. Reconhecida prescrição/decadência: 05
- vii. Reconhecimento da procedência do pedido: 03
- viii. Renúncia: 01
- ix. Procedente com tutela deferida: 20
- x. Procedente com tutela deferida parcialmente: 03
- xi. Procedente em parte com tutela deferida: 03
- xii. Procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 02
- f. Sem resolução de mérito: 189
- g. Desistência da ação: 12
- h. Indeferimento da petição inicial: 11
- i. Vazias: 22

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

**1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**

0009674-85.2013.4.02.5001  
0012654-05.2013.4.02.5001  
0012749-45.2007.4.02.5001  
0014068-09.2011.4.02.5001  
0014136-56.2011.4.02.5001

**2. Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo):**

0015565-58.2011.4.02.5001  
0106977-02.2013.4.02.5001  
0007289-04.2012.4.02.5001



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

0111237-88.2014.4.02.5001

**3. Sentenças tipo B2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

0002162-17.2014.4.02.5001  
0003835-45.2014.4.02.5001  
0112257-17.2014.4.02.5001  
0002685-97.2012.4.02.5001  
0100354-48.2015.4.02.5001

**4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):**

0007661-50.2012.4.02.5001  
0007535-63.2013.4.02.5001  
0101749-46.2013.4.02.5001  
0102934-22.2013.4.02.5001  
0105684-26.2015.4.02.5001

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, período: 01/12/2014 a 31/05/2015.

**➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):**

De acordo com o questionário de autoinspeção, são priorizados os processos urgentes (com risco de perecimento de direito) ou os incluídos nas metas, além das preferências legais. Fora destes casos, é seguida, estritamente, a ordem de conclusão.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

**➔ EXECUÇÃO (maio/2015)  
(art. 333 da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

**1. FASE 18:**

Informada em 105 processos, em 03/06/2015.

Não informada em 2.074 processos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

**2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/12/2014 a 31/05/2015):**

**(Art. 217, II, da CNCR)**

- a. Físicos: 16
- b. Virtuais: 15
- c. Total de requisições: 31
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 712 dias.

**- RPV's: 11**

. Cadastrados: 00

. Conferido: 05

. Enviados: 06

**- Precatórios (Parcela única): 20**

. Cadastrados: 00

. Conferido: 19

. Enviados: 01

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

**➔ GRANDES DÉBITOS (ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR)**

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, d).

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD (Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)**

Conforme informação prestada no questionário de autoinspeção, de acordo com o relatório extraído do portal bacenjud, entre os meses de maio/2014 e abril/2015, foram efetivados 134 bloqueios, 103 desbloqueios e 78 transferências de valores.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, e).

➔ **LEILÕES (ARTIGOS 270 A 290 DA CNCR)**

Conforme informação prestada no questionário de autoinspeção, são realizados, anualmente, leilões unificados pela Seção Judiciária do Espírito Santo, nos quais são incluídos os bens vinculados a processos da vara que estejam nesta fase.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS (Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Conforme informação prestada no questionário de autoinspeção, o cadastramento de bens constritos é feito no sistema Apolo, através da opção “cadastro de bens penhorados”. Atualmente, constam 95 bens penhorados em processos desta Vara.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS (Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Total de acautelamentos/apreensões: 00

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, posição até 03/06/2015.

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS  
(ART. 147/151 CNCG)**

Segundo o relatório de inspeção anual, o juízo correicionado informou que:

*“Com relação aos livros e pastas, foi detectado que a Secretaria adota os livros e pastas indicados na Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, quais sejam: livro de ponto dos servidores; livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do juízo; livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio; livro de entrega de autos às partes sem traslado; livro de carga ao Ministério Público; livro de reclamações; pastas de atos do plantão. De acordo com o art. 150 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região desde outubro de 2009 todos os expedientes da vara passaram a ser confeccionados eletronicamente, de forma que o registro dos mesmos deixou de ser feito em livros físicos. O mesmo se deu com o registro das sentenças e decisões liminares, que a partir de janeiro de 2010 passou a ser feito na forma eletrônica. Por tal razão os livros para tais fins foram dispensados. Os livros e pastas vigentes foram inspecionados, não tendo sido encontradas irregularidades.”*

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

**→ ESPAÇO FÍSICO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não há dados a relatar, tendo em vista que a correição é realizada na forma eletrônica e nada foi exposto sobre o espaço físico e as instalações do juízo correicionado no questionário de autoinspeção.

➔ **METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO**

Segundo o questionário de autoinspeção, o juízo correicionado informou que:

*“Com relação às metas para o próximo período estabeleceu-se:*

**3 MESES:**

- 1) a manutenção do andamento processual tempestivo, com intervalo máximo de 30 dias entre as movimentações processuais;*
- 2) a redução do prazo para confecção das minutas de despacho, de forma a alcançar a inexistência de processos conclusos para despachos e decisões há mais de 60 dias;*
- 3) o alcance e manutenção da redução sistemática de processos em trâmite na Vara*
- 4) promover a melhoria contínua do clima organizacional;*

**6 MESES:**

- 1) a redução do prazo para confecção das minutas de despacho, de forma a alcançar a inexistência de processos conclusos para despachos e decisões há mais de 30 dias;*
- 2) gestão documental: organizar a área T, implementando pastas unificadas e elaborar manuais de procedimento dos setores.*

**1 ANO:**

- 1) o alcance das metas estabelecidas pela Corregedoria e CNJ;*
- 2) redução de 10% do acervo.”*

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Ini Martha da Silva, matrícula: 11.953

Tessa Karst Tavela, matrícula: 11.777